



2022 Comércio e Serviços LTDA.
CNPJ. 46.273.984/0001-85

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 4.203 / 124

Fls. 970 Rubrica SM

Estrada do Monteiro, nº1380, Campo Grande,
Rio de Janeiro/RJ, Cep. 23.036-340
Telefone: (21) 2215-1478 / (21) 98350-2962
Email: eldoradolicitacoes@gmail.com

ILUSTRÍSSIMO (a) SENHOR (a) PREGOEIRO (a) DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, SITUADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

**Pregão Eletrônico Nº 90020/2024
Referente ao Processo nº4.203/2024**

I-Razões Recursais:

A empresa Eldorado 2022 Comércio e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ 46.273.984/0001-85, vem por meio do seu representante legal, a Sra Juliana de Souza Gonçalves, inscrita no CPF sob nº 107.073.487-06 e portador da cédula de identidade nº 20.152.176-2, interpor recurso contra a classificação da Empresa ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA tendo como seu representante legal o Sr. Lucas Ramos Menchini, inscrito no CPF sob nº 106.975.917-19 e portador da cédula de identidade nº 24.161.411-4, no pregão eletrônico 90020/2024, realizado pela Prefeitura Municipal de Saquarema, com base nos princípios da legalidade, imparcialidade, da segurança jurídica e isonomia previstos na lei 14.133/2021.

A Empresa ACM Distribuidora de Produtos e Serviços LTDA, foi classificada em primeiro lugar no **item 2, item 4, item 5, item 6, item 7, item 8, item 10 e item 11** do Pregão Eletrônico 90020/2024, mesmo tendo deixado de apresentar a marca de seus produtos e alguns documentos ambientais exigidos em edital.

Alegamos que a classificação da empresa ACM Distribuidora de Produtos e Serviços LTDA, foi irregular e ilegal, pois fere os princípios mencionados acima. Porém nossa empresa Eldorado 2022 Comércio e Serviços LTDA, somente conseguiu se manifestar e interpor recursos para os **itens 2,4,5,6 e 7**, pois o tempo de 10 minutos dado pelo pregoeiro(a) não foi suficiente.

II-Argumentação:

1. Qualificação Técnica:

Edital do certame em questão deixa explícito no item 11.4.2 O Termo de Referência (Anexo I) deste Edital contém as exigências necessárias para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, e que serão exigidos para fins de qualificação técnica.



2022 Comércio e Serviços LTDA.
CNPJ. 46.273.984/0001-85

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 4203 / 24

Fls. 911 Rubrica SM

Estrada do Monteiro, nº1380, Campo Grande,
Rio de Janeiro/RJ, Cep. 23.036-340
Telefone: (21) 2215-1478 / (21) 98350-2962
Email: eldoradolicitacoes@gmail.com

E no anexo 1 do edital deixa claro no item **28-Sustentabilidade Ambiental** :

O fornecedor deverá apresentar qualquer um dos certificados abaixo mencionados:

- a) Certificação CERFLOR (INMETRO) O certificado CERFLOR visa à certificação do manejo florestal e da cadeia de custódia, segundo o atendimento dos critérios e indicadores – aplicáveis para todo o território nacional – prescritos na normas elaboradas pela ABNT e integradas ao sistema Brasileiro de avaliação e conformidade e ao In-metro.
- b) A certificação FSC é um sistema de garantia internacionalmente reconhecido, que identifica, através de sua logomarca, produtos madeireiros e não madeireiros originados do bom manejo florestal, com acompanhamento da cadeia de custódia e origem da madeira. O selo FSC, é emitido pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - FSC Brasil.

E no item 28.2 diz que: **A certificação de que tratam as alíneas “a” e “b” deverá ser comprovada no momento da entrega da proposta, onde deverá constar o nome do fabricante da placa de madeira, em que serão confeccionados os móveis.**

A empresa ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA, além de não deixar claro a marca dos seus produtos em sua proposta, não apresentou junto com a sua documentação de habilitação e proposta nenhum dos certificados mencionados acima e exigidos em edital como critério de qualificação técnica.

Diante do fato que apresentamos neste recurso, consideramos que a desclassificação da empresa ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA, seria uma medida justa e necessária para garantir a imparcialidade do processo licitatório e a igualdade de condições entre os licitantes. A classificação da empresa ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA, mesmo não tendo deixado claro em sua proposta, a marca dos produtos ofertados e não ter anexado as certificações exigidas em edital, como qualificação técnica para o fornecimento adequado a essa instituição pública, fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois descumpre as regras previstas no edital.

III-Pedidos:



2022 Comércio e Serviços LTDA.

CNPJ. 46.273.984/0001-85

Estrada do Monteiro, nº 1380, Campo Grande,

Rio de Janeiro/RJ, Cep. 23.036-340

Telefone: (21) 2215-1478 / (21) 98350-2962

Email: eldoradolicitacoes@gmail.com

Diante do exposto, solicitamos que a Comissão de Licitação/ Pregoeiro(a), analise a peça recursal da recorrente e considere a desclassificação da empresa **ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA**, por:

☐ Não deixar explícita a marca de seus produtos na proposta;

☐ Não apresentar as certificações ambientais exigidas no anexo I do edital do pregão eletrônico 90020/2024.

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 2024.

RECORRENTE:

Empresa: Eldorado 2022 Comércio e serviços LTDA

CNPJ. 46.273.984/0001-85

Representante Legal: Juliana de Souza Gonçalves.

CPF. 107.073.487-06

JULIANA DE
SOUZA

GONCALVES:1

0707348706

Assinado de forma
digital por JULIANA DE
SOUZA
GONCALVES:107073487
06

Dados: 2024.09.17
15:45:07 -03'00'

JULIANA DE SOUZA GONÇALVES
CPF.107.073.487-06



PROCESSO Nº 4.203/2024

FLS. 973 RUBRICA SW

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: ELDORADO 2022 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Recorrida: ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA

Referente ao Processo nº 4.203/2024

Pregão Eletrônico nº 90020/2024

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90020/2024, interposto pela empresa **ELDORADO 2022 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 46.273.984/0001-85, com sede na Estrada do Monteiro, nº1380 - Campo Grande - Rio de Janeiro/RJ.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoia-se na Lei nº 14.133/2021, Art. 165, conforme os excertos seguintes:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;



PROCESSO Nº 4.203/2024

FLS. 974 RUBRICA SW

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



PROCESSO Nº 4.203/2024

FLS. 975 RUBRICA SW

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 10/09/2024, encerrando-se 12/09/2024, quando, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 10 (dez) minutos ao encerramento de cada fase e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 14.133/2021 em exame foi interposto tempestivamente em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 165, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021; e 39 do Decreto Municipal 2.740/2024.

III. DO PROCEDIMENTO DE ORIGEM DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 4.203/2024 referente ao pregão eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Antes de dar prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 11 da Lei 14.133/2024, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.



PROCESSO Nº 4.203/2024

FLS. 946 RUBRICA SW

E ainda, conforme Art. 5º da Lei 14.133/2024, na aplicação da Lei de Licitações serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão que habilitou a licitante recorrida.

IV. DOS PEDIDO DA RECORRENTE E MANIFESTAÇÃO DAS CONTRARRAZÕES:

A recorrente alega, resumidamente, e após requer que:

Diante do exposto, solicitamos que a Comissão de Licitação/ Pregoeiro(a), analise a peça recursal da recorrente e considere a desclassificação da empresa ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA, por:

Não deixar explícita a marca de seus produtos na proposta;

Não apresentar as certificações ambientais exigidas no anexo I do edital do pregão eletrônico 90020/2024.

V. ANÁLISE DO RECURSO

A recorrente Eldorado 2022 Comércio e Serviços LTDA questiona a habilitação da empresa ACM Distribuidora de Produtos e Serviços LTDA para os itens 2, 4, 5, 6 e 7 do Pregão Eletrônico nº 90020/2024 e solicita a desclassificação da empresa ACM com base na suposta inobservância das exigências do edital.

I – Da alegação que a recorrida não deixou clara a marca dos produtos ofertados:

A recorrente argumenta que a desclassificação da empresa ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA, seria uma medida justa e necessária para

9



PROCESSO Nº 4.203/2024

FLS. 977 RUBRICA SN

garantir a imparcialidade do processo licitatório e a igualdade de condições entre os licitantes.

Alegações da Recorrente:

"A empresa ACM Distribuidora de produtos e serviços LTDA, além de não deixar claro a marca dos seus produtos em sua proposta."

Resposta a Recorrente:

A alegação da recorrente de que a empresa ACM não apresentou a marca dos produtos ofertados no momento da proposta deve ser analisada à luz do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que apenas as propostas com falhas insanáveis devem ser desclassificadas, garantindo assim o princípio da economicidade e o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa.

Art. 59, Lei nº 14.133/2021: "Serão desclassificadas as propostas:

I - que contenham vícios ou defeitos insanáveis;

II - que não obedeçam às exigências do edital ou do convite, desde que insanáveis;

III - com preço manifestamente inexequível, conforme parâmetros previstos no edital;

IV - com preço global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis em relação ao objeto de contratação."

No presente caso, a exigência de indicação da marca dos produtos não configura uma falha insanável, já que sua ausência inicial pode ser corrigida sem prejudicar a essência da proposta nem alterar as condições inicialmente estabelecidas. O próprio edital e a legislação permitem que falhas formais sejam sanadas, desde que não comprometam a competitividade e a isonomia do certame.

Após realizar o upload inicial de sua proposta sem a indicação da marca dos produtos, a empresa ACM solicitou a reabertura do campo de envio de anexos, corrigindo a proposta com a inclusão da marca conforme exigido no edital. A retificação ocorreu



PROCESSO Nº 4.203/2024

FLS. 978 RUBRICA SW

antes da fase de julgamento, permitindo que a Administração verificasse a conformidade técnica dos produtos ofertados, sem alterar a substância da proposta e sem prejuízo à competitividade do certame.

Conforme o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, apenas falhas que não possam ser corrigidas, ou seja, falhas **insanáveis**, devem resultar na desclassificação da proposta. A correção de uma falha formal, como a inclusão posterior da marca, que destaco que foi realizada pela própria licitante, sem solicitação do pregoeiro, está amparada pelo princípio da economicidade, garantindo à Administração a oportunidade de obter a proposta mais vantajosa.

A regularização da marca dos produtos não resultou em alteração da substância da proposta ou prejuízo à concorrência, respeitando o princípio da competitividade previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A decisão de permitir a correção da falha, sem desclassificar a proposta da empresa ACM, garante a seleção da proposta mais vantajosa, conforme o interesse público.

II - Da Alegação de Qualificação Técnica e Certificações Ambientais:

Alegações da Recorrente:

“Edital do certame em questão deixa explícito no item 11.4.2 O Termo de Referência (Anexo I) deste Edital contém as exigências necessárias para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, e que serão exigidos para fins de qualificação técnica.

E no anexo 1 do edital deixa claro no item 28-Sustentabilidade Ambiental :

O fornecedor deverá apresentar qualquer um dos certificados abaixo mencionados:

a) Certificação CERFLOR (INMETRO) O certificado CERFLOR visa à certificação do manejo florestal e da cadeia de custódia, segundo o atendimento dos critérios e indicadores – aplicáveis para todo o território nacional – prescritos na normas

elaboradas pela ABNT e integradas ao sistema Brasileiro de avaliação e conformidade e ao In-metro.

b) A certificação FSC é um sistema de garantia internacionalmente reconhecido, que identifica, através de sua logomarca, produtos madeireiros e não madeireiros



PROCESSO Nº 4.203/2024

FLS. 979 RUBRICA SW

originados do bom manejo florestal, com acompanhamento da cadeia de custódia e origem da madeira. O selo FSC, é emitido pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - FSC Brasil.

E no item 28.2 diz que: A certificação de que tratam as alíneas "a" e "b" deverá ser comprovada no momento da entrega da proposta, onde deverá constar o nome do fabricante da placa de madeira, em que serão confeccionados os móveis."

Resposta a Recorrente:

A recorrente fundamenta sua alegação de que a empresa ACM não apresentou certificações ambientais, conforme solicitado no item 28 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), que exige a apresentação de certificações de sustentabilidade (FSC ou CERFLOR) e do fabricante dos materiais ofertados. No entanto, é necessário destacar que os requisitos de qualificação técnica para o certame estão detalhados nos itens 19 a 19.5 do mesmo Termo de Referência, onde se determinam os documentos necessários à comprovação da capacidade técnica do licitante.

O edital prevê que, para fins de qualificação técnica, os licitantes devem apresentar:

- Atestado de capacidade técnica;
- Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP);
- Autorização para exploração econômica de madeira, conforme o Código Florestal;
- Documento de Origem Florestal (DOF) e licenças ambientais;

Após análise da documentação apresentada pela ACM, verificou-se que a empresa cumpriu todas essas exigências técnicas. A certificação ambiental exigida no **item 28** refere-se a um documento a ser apresentado no momento da entrega do material, e não como um requisito prévio de habilitação. Portanto, a ausência dessa certificação na fase de habilitação não constitui descumprimento das regras editalícias, além de destacar que o texto presente no item 28 do termo de referência se refere a critérios de sustentabilidade ambiental a serem adotados em confecção e entrega de mobiliários, objeto dispor do licitado neste pregão.

9



PROCESSO Nº 4.203/2024

FLS. 980 RUBRICA SM

VI. CONCLUSÃO

Após a devida análise do recurso interposto pela empresa Eldorado 2022 Comércio e Serviços LTDA não se demonstrou qualquer descumprimento dos requisitos do edital por parte da empresa ACM Distribuidora de Produtos e Serviços LTDA. Os documentos necessários para a habilitação técnica, conforme estabelecido nos itens 19 a 19.5 do Termo de Referência, foram devidamente apresentados conforme o edital.

Além disso, a ausência inicial de indicação da marca dos produtos foi devidamente saneada pela empresa ACM, em conformidade com o art. 59 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo à lisura e isonomia do certame. Entendo que o presente recurso não merece prosperar, com todas as fundamentações acima apresentadas.

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e presentes elementos de admissibilidade e no mérito **nego-lhe provimento**.

Firmo que a recorrente **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 90020/2024.

Mantenho a decisão em declarar a licitante **ACM Distribuidora de Produtos e Serviços LTDA** classificada, habilitada e vencedora dos itens 02, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 do certame.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, e posteriormente, à autoridade competente para ciência e decisão final.

Saquarema, 23 de setembro de 2024.


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro